

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2014



Município de Balneário Barra do Sul

Data de Fundação – 09/01/1992

População: 9.580 habitantes (IBGE - 2013)

PIB: 113,97 (em milhões)
(IBGE - 2012)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1857/2015)	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	11
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	13
3.1. Apuração do resultado orçamentário	14
3.2. Análise do resultado orçamentário	15
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	16
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	24
4.1. Situação Patrimonial	24
4.2. Análise do resultado financeiro	25
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	27
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	29
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	33
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	34
5.1. Saúde	34
5.2. Ensino	37
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	37
5.2.2. FUNDEB	39
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	43
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	43
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	45
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	47
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	49
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	50
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	51
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	55
6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	56

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	57
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	58
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	59
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	60
8. RESTRIÇÕES APURADAS	64
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014	66
CONCLUSÃO	67
ANEXO	69
APÊNDICE	70

PROCESSO	PCP 15/00208725
UNIDADE	Município de Balneário Barra do Sul
RESPONSÁVEL	Sr. Ademar Henrique Borges - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2014 - Reinstrução
RELATÓRIO Nº	3944/2015

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Balneário Barra do Sul, relativas ao exercício de 2014.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2014 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Balneário Barra do Sul, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 03/12/2015 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as

médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2014 do Município, foi emitido o Relatório nº **1.857/2015**, integrante do Processo **PCP 15/00208725**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Ademar Henrique Borges - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições, contidas no Relatório nº **1.857/2015**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 21.400/2015, de 17/11/2015.

Considerando que o Exmo. Conselheiro Relator, em seu Despacho, determinou que o Responsável se manifestasse acerca da restrição contida no item “**8.1.1**” do Capítulo 8 - Restrições Apuradas do citado Relatório, nesta oportunidade, será analisada por esta Instrução todas as restrições, para quais o Responsável tenha se manifestado.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, pelo Ofício/Gab/Pref. nº 264/2015 de 02/12/2015, apresentou alegações de defesa sobre a restrição contida no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 392 a 396 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1857/2015)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.2.1.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de **R\$ 2.874.748,85**, equivalendo a **93,52%** (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de **R\$ 45.627,52**, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 5.2.2, limite 2 e 8.1.1).

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se juntadas às fls. 392 a 396 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

As alegações do Responsável a fim de justificar a efetiva utilização dos recursos provenientes do FUNDEB acima do mínimo de 95% se referem à discordância da dedução do valor de R\$ 212.009,84 realizada pela Instrução referente à DDO e Restos a Pagar sem cobertura financeira.

Com relação aos Depósitos de Diversas Origens (R\$ 120.037,28) salienta que estes recursos não pertencem mais ao Poder Público, mas sim a terceiros. Desta forma, os valores comprometidos a este título não podem mais ser utilizados no exercício seguinte.

A mesma linha de raciocínio é utilizada para os Restos a Pagar Processados (R\$ 82.392,79), os quais já se encontram comprometidos a partir do momento da liquidação da despesa. Concorde, entretanto, com a dedução dos Restos a Pagar Não Processados (R\$ 36.335,72), visto que os mesmos podem ser cancelados.

Importante destacar que enquanto não houver o pagamento

dos DDO's ou Restos a Pagar, o recurso deve estar na conta bancária para posterior cobertura destes pagamentos. Todavia, o que pode ser constatado no caso em tela, é que tanto os DDO's e Restos a Pagar pendentes de pagamento **não possuíam recursos nas contas do FUNDEB** capazes de honrar com estas obrigações. Isto porque, apesar da Unidade possuir R\$ 120.037,28 de DDO e R\$ 118.728,51 de Restos a Pagar, tinha de saldo bancário em 31/12/2014 somente o valor de R\$ 26.755,95.

Salienta-se que o artigo 21 da Lei nº 11.494/2007, a Lei do FUNDEB, assim como o Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª Edição, destacam que a apuração da aplicação destes recursos é feita com base nas despesas pagas e nas não pagas, **somente se houver disponibilidade financeira para cobri-las.**

Referida situação denota que houve um comprometimento das especificações de fontes de recursos – FR 18 e 19 sem a respectiva cobertura financeira para fazer frente a estes gastos. Portanto, não há que se falar em aplicação do FUNDEB para despesas cujo recurso financeiro não suporta.

Corroborando com este fato, constatou-se em pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge, por exemplo, a existência de mais de uma conta bancária do FUNDEB, cuja verificação das saídas de recursos da conta contábil do Banco do Brasil, FUNDEB 10.242-3, FR 0.1.18, observa-se que nos meses de março a dezembro foram realizadas transferências para a conta contábil da Caixa Econômica Federal, FUNDEB FOLHA 37-8, FR 0.1.18, em valores diferentes dos pagamentos efetivados pela conta que recebeu as transferências.

Tal descompasso das transferências de valores denota o descontrole da utilização das fontes de recursos, conforme detalhamento a seguir:

Mês	Transferência recebida pela conta 37-8	Valor pago pela conta 37-8	Diferença
Março	241.344,46	0,00	241.344,46
Abril	80.000,00	140.848,18	-60.848,18
Maio	148.203,86	148.203,86	0,00
Junho	298.826,55	209.143,53	89.683,02
Julho	152.000,00	203.143,04	-51.143,04

Agosto	180.000,00	159.209,15	20.790,85
Setembro	118.000,00	155.288,02	-37.288,02
Outubro	157.000,00	156.126,08	873,92
Novembro	153.000,00	152.491,97	508,03
Dezembro	253.395,39	274.187,88	-20.792,49
TOTAL	1.781.770,26	1.598.641,71	183.128,55

Fonte: Balancete do Razão, Sistema e-Sfinge.

Do acima exposto depreende-se que o Município ao efetuar transferências financeiras entre contas bancárias sem respeitar o valor correto do empenho a ser pago, acaba por vezes não comprovando a aplicação dos recursos vinculados às suas ações específicas, que no caso em análise refere-se ao FUNDEB.

Assim, em virtude da efetiva ausência de recursos nas contas do FUNDEB capazes de honrar os valores de DDO e Restos a Pagar inscritos na fonte de recursos 18 e 19, mantém-se a dedução já realizada, permanecendo, portanto, a presente restrição.

- 1.2.1.2 Despesas inscritas em Restos a Pagar e registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no montante total de **R\$ 212.009,84** (FR 18 no montante de R\$ 178.332,86 e FR 19 no montante de R\$ 33.676,98), em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos, e itens 5.2.2, limite 2 e 8.1.2).

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Considerações da Análise Técnica:

Para este item o Responsável não se manifestou especificamente, no entanto, por tratar-se do fato que culminou no descumprimento mencionado no item anterior, reporta-se às considerações ali relatadas.

- 1.2.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 2.353,78**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 415.692,08) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 476.723,78), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 894.769,64, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1, 4.2 – Quadros 2 e 11, e 8.1.3). Registra-se que a divergência se refere a Ajuste Créditos a Receber (FMS – R\$ 2.057,97 e Prefeitura – R\$ 295,81), fls. 303 e 305.

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Considerações da Análise Técnica:

Considerando a ausência de manifestação a restrição permanece inalterada.

- 1.2.1.4 Divergência, no valor de **R\$ 666.267,92**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 1.395.869,33) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 2.062.137,25), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei (itens 4.1 – Quadro 10 e 8.1.4, fls. 109 e 102 dos autos). Registra-se que a divergência se refere ao saldo anterior registrado no Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante. (item 8.1.4)

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Considerações da Análise Técnica:

Considerando a ausência de manifestação a restrição permanece inalterada.

- 1.2.1.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao

estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 8.1.5).

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Considerações da Análise Técnica:

Considerando a ausência de manifestação a restrição permanece inalterada.

- 1.2.1.6 Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de **R\$ 113.233,45**, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e consequentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1º, § 1º e 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei Federal nº 4.320/64 (fls. 373 a 384 dos autos e item 8.1.6).

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Considerações da Análise Técnica:

Considerando a ausência de manifestação a restrição permanece inalterada.

- 1.2.1.7 Registros indevidos no Grupo Depósitos nas Especificações de Fontes de Recursos 64, com saldo devedor de **R\$ 10.276,90**, em Restos a Pagar Processados nas Especificações de Fontes de Recursos 01, 17, 18, 23, 54, 64 e 66, com saldo devedor de **R\$ 84.539,08, R\$ 88.438,36, R\$ 54.755,02, R\$ 24.593,46, R\$ 5.905,00, R\$ 10.083,51 e R\$ 4.572,17**, respectivamente, e Restos a Pagar Não Processados nas Especificações de Fontes de Recursos 01, 02, 17, 22, 23, 64 e 66, com saldo devedor de **R\$ 20.198,34**,

R\$ 10.572,87, R\$ 88.991,11, R\$ 185.085,22, R\$ 345,76, R\$ 22.030,19 e R\$ 7.524,00, respectivamente, em afronta ao previsto no artigo 85 c/c 105 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos, e item 8.1.7).

(Relatório nº 1857/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Considerações da Análise Técnica:

Considerando a ausência de manifestação a restrição permanece inalterada.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2014 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Situada numa região habitada apenas por índios até o século XIX, época em que chegaram os primeiros colonizadores, Balneário Barra do Sul começou a desenvolver-se realmente a partir da metade do século XX, com a implantação de diversas colônias de pescadores. Tornou-se independente de Araquari em 1992.

O Município de Balneário Barra do Sul tem uma população estimada em 9.580² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,72³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 113.970.633,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 12.964,47, considerando uma população estimada em 2012 de 8.791 habitantes.

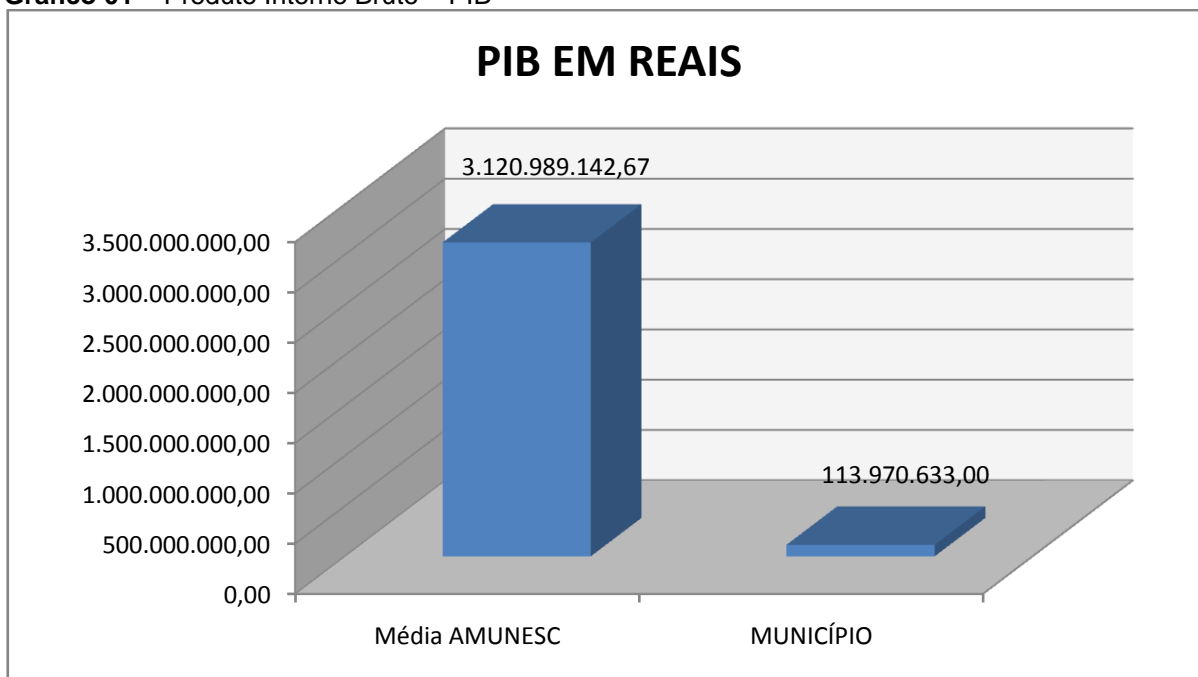
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2013

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2012

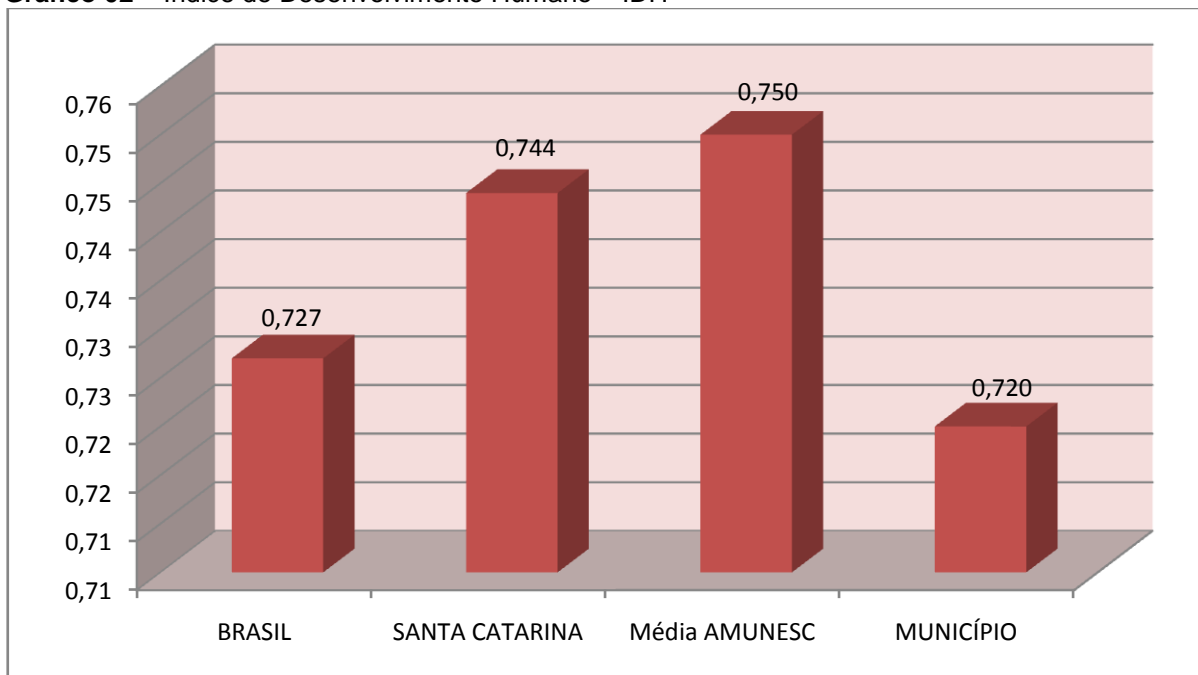
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Balneário Barra do Sul encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	40.296.886,58
PPA	1133/2013	28/06/2013	DESPESA FIXADA	40.296.886,58
LDO	1134/2013	Não informado		
LOA	1135/2013	Não informado		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.929.251,86**, correspondendo a **6,38%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 1.929.251,86, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 446.571,93 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 2.375.823,79.

Excluindo o resultado orçamentário do RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos, o Município apresentou Déficit de R\$ 476.723,78.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.051.791,42), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2014

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	40.296.886,58	30.226.786,83	75,01
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	43.620.254,64	28.297.534,97	64,87
Superávit de Execução Orçamentária		1.929.251,86	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	Déficit excluído Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
RECEITA	30.226.786,83	2.902.095,43	27.324.691,40
DESPESA	28.297.534,97	496.119,79	27.801.415,18
Resultado de Execução Orçamentária	1.929.251,86	2.405.975,64	476.723,78

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de **R\$ 2.353,78**, entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor, no montante de R\$ 415.692,08 (Quadro 11) e o resultado da execução orçamentária ajustada sem o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor, no montante de R\$ 476.723,78 (Quadro 02), considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 894.769,64, encontra-se anotada como restrição no item 8.1.3 do Capítulo 8 - Restrições Apuradas - Restrições de Ordem Legal, deste Relatório. Registra-se que a divergência se refere a Ajuste Créditos a Receber (FMS – R\$ 2.057,97 e Prefeitura – R\$ 295,81), fls. 303 e 305.

Obs.: A receita no montante de R\$ 2.902.095,43, assim como a despesa no montante de R\$ 496.119,79, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Balneário Barra do Sul nos últimos 5 anos:

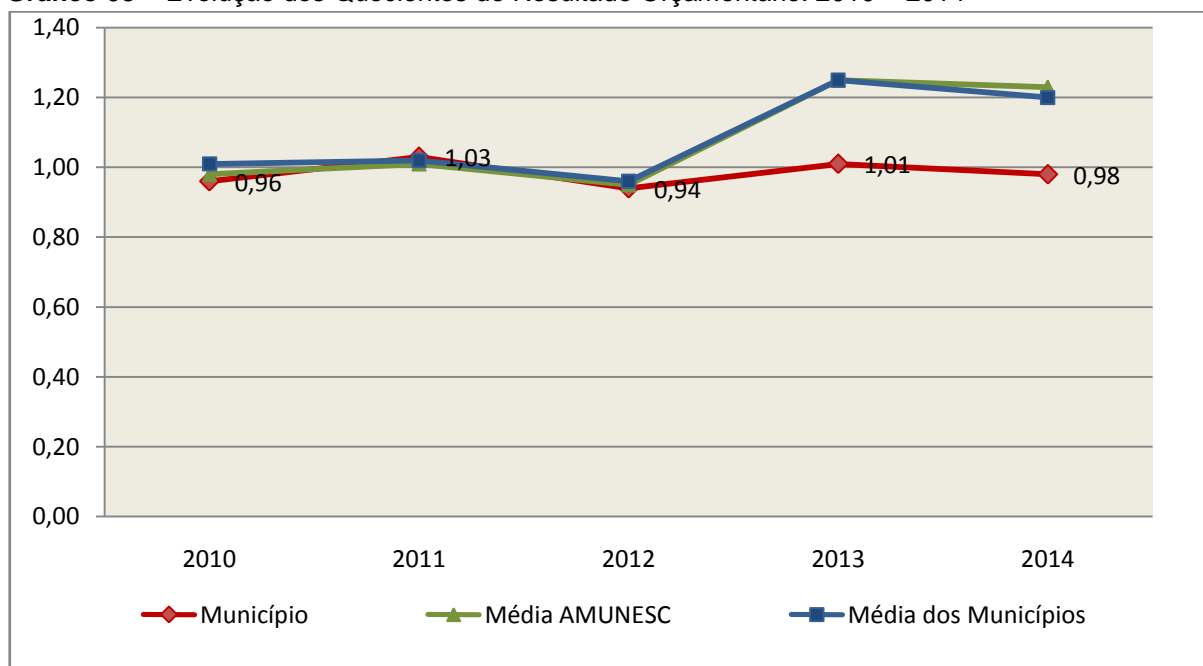
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2010-2014

ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Receita realizada	14.689.813,99	20.755.851,75	22.593.963,49	25.593.127,83	27.324.691,40
2 Despesa executada	15.283.851,65	20.095.346,20	24.043.938,41	25.313.534,14	27.801.415,18
QUOCIENTE	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,96	1,03	0,94	1,01	0,98

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 30.226.786,83**, equivalendo a **75,01%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

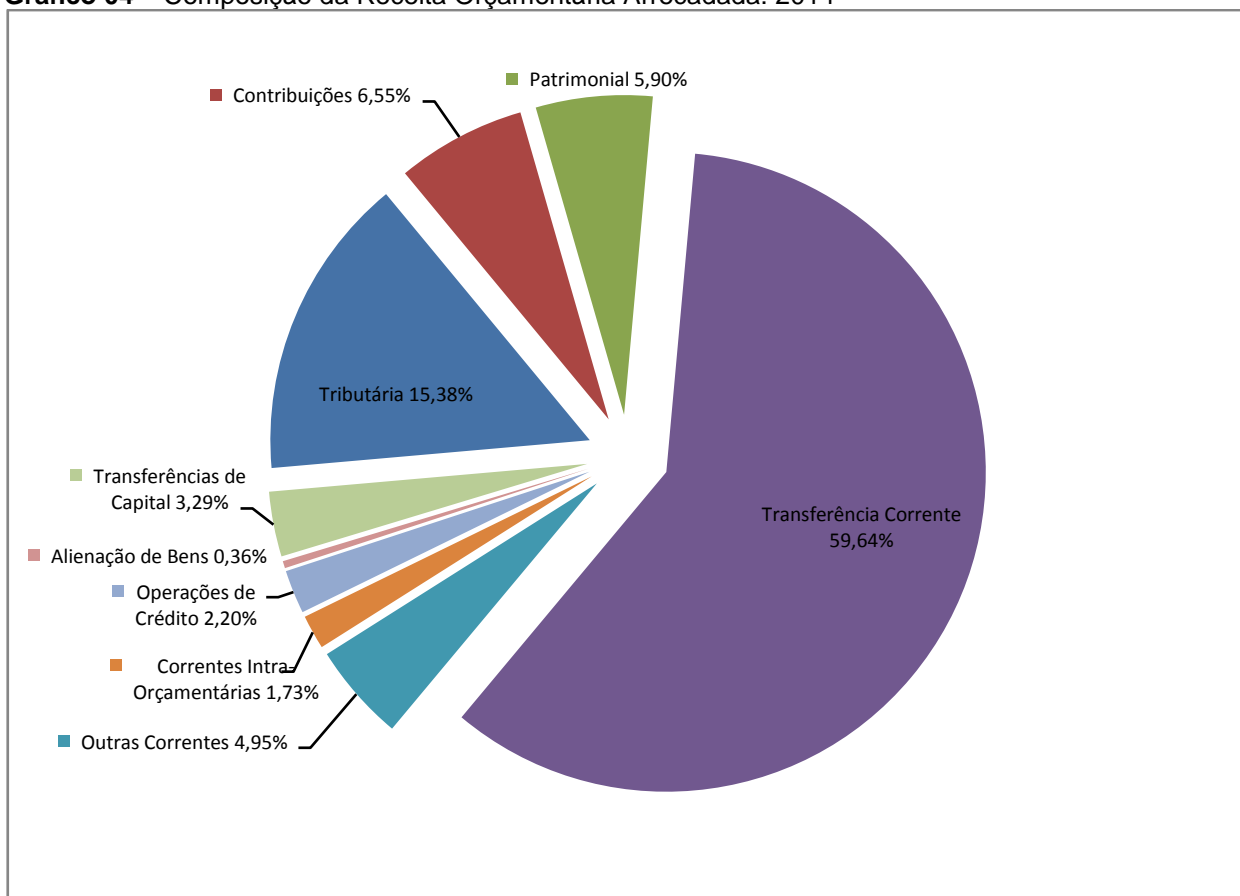
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2014

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	4.011.246,57	4.649.514,25	115,91
Receita de Contribuições	1.626.535,84	1.979.563,20	121,70
Receita Patrimonial	1.195.114,02	1.782.010,00	149,11
Transferências Correntes	18.360.908,61	18.026.349,67	98,18
Outras Receitas Correntes	1.460.095,52	1.496.844,21	102,52
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	674.986,02	523.279,05	77,52
RECEITA CORRENTE	27.328.886,58	28.457.560,38	104,13
Operações de Crédito	-	666.400,00	-
Alienação de Bens	-	108.750,00	-
Transferências de Capital	12.968.000,00	994.076,45	7,67
RECEITA DE CAPITAL	12.968.000,00	1.769.226,45	13,64
TOTAL DA RECEITA	40.296.886,58	30.226.786,83	75,01

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs: Registre-se que houve alteração no montante de R\$ 113.233,45 da receita corrente para a de capital, conforme fls. 234 a 255 dos autos e restrição anotada no Capítulo 8 - Restrições Apuradas - Restrições de Ordem Legal, deste Relatório.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2014

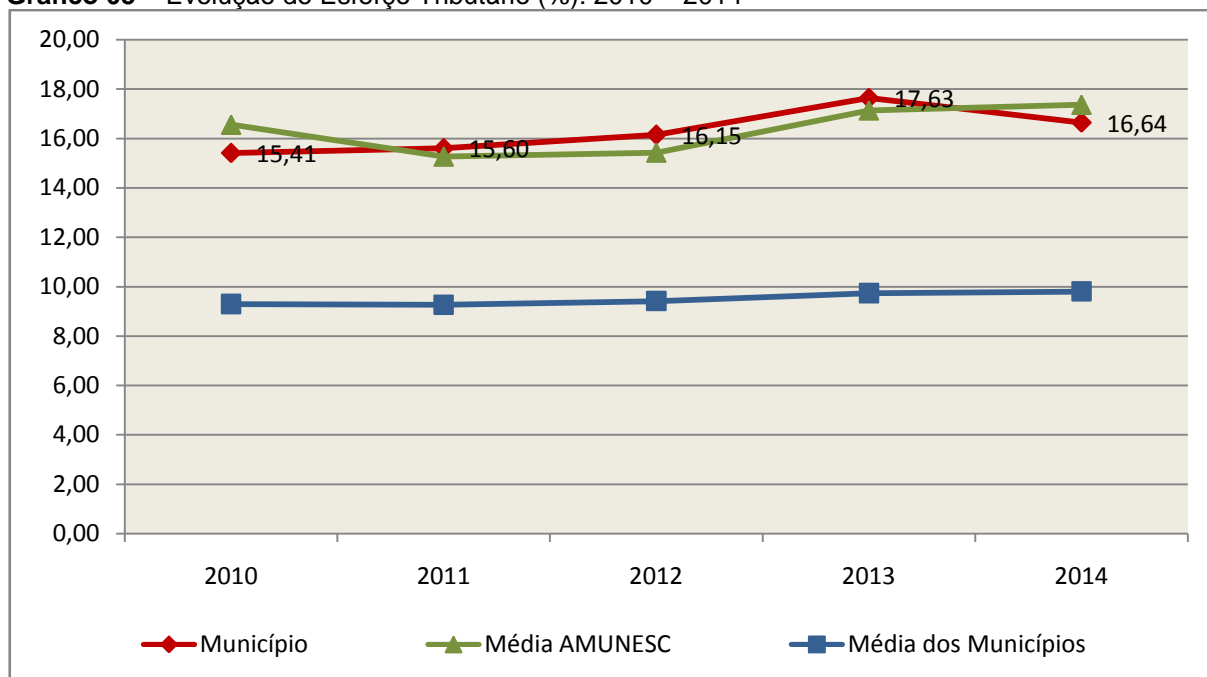


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **59,64%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2010 – 2014

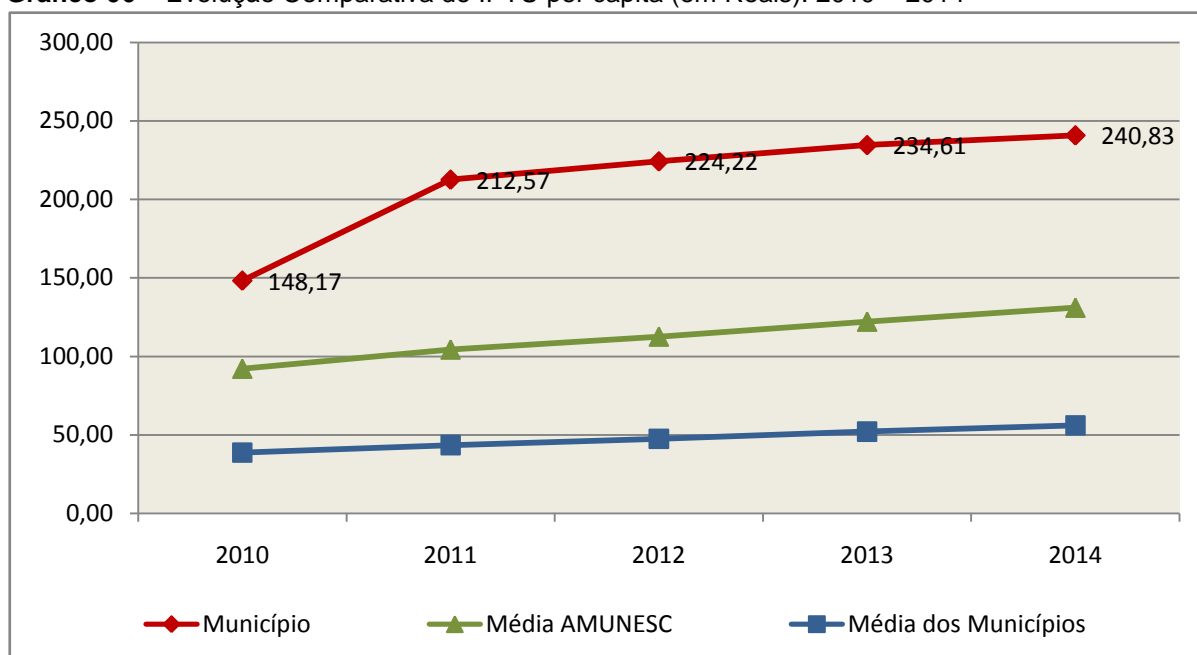


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2014

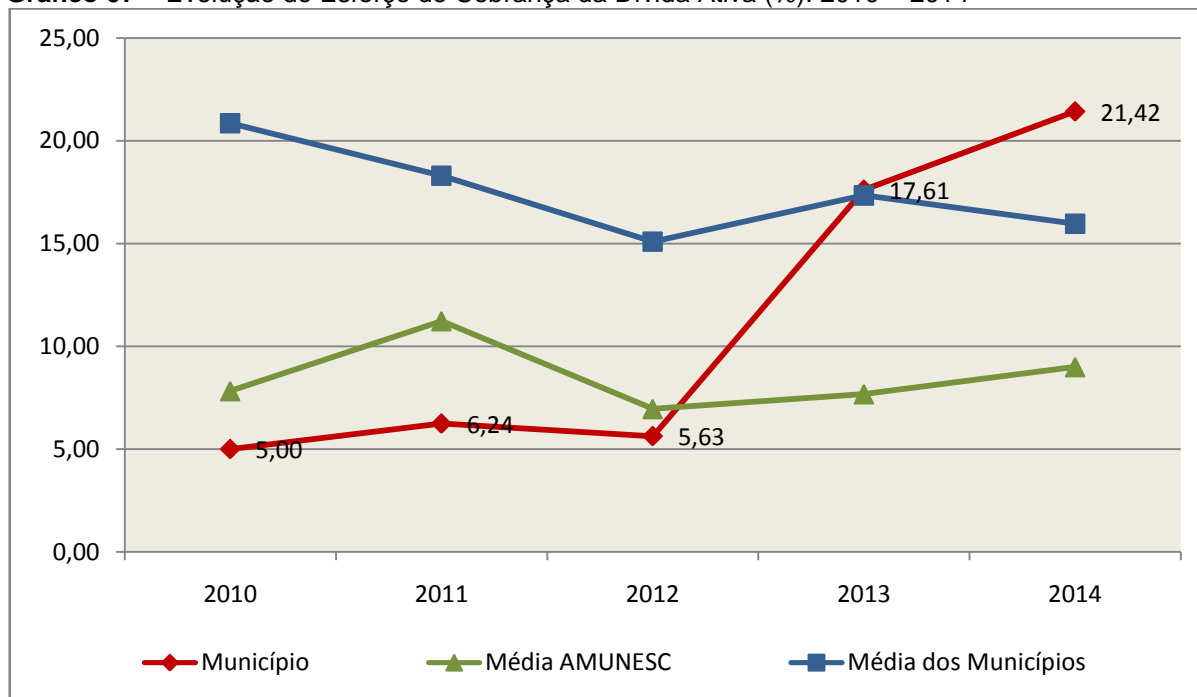
Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (Líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
4.935.432,84	9.373.652,97	0,00	0,00	1.057.039,35	0,00	13.252.046,46

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Obs.: O valor de R\$ 9.373.652,97, referente à Inscrição da Dívida Ativa, foi considerado pela Instrução mediante pesquisa efetuada no Sistema e-Sfinge conforme fl. 299 dos autos.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	1.090.410,16	1.076.784,58	98,75
02-Judiciária	58.441,00	58.441,00	100,00
04-Administração	9.462.707,73	9.213.859,11	97,37
06-Segurança Pública	581.293,40	290.848,19	50,03
08-Assistência Social	2.921.938,70	2.238.993,30	76,63
09-Previdência Social	600.000,00	496.119,79	82,69
10-Saúde	6.735.890,45	5.976.439,14	88,73
12-Educação	6.570.898,88	6.369.033,14	96,93

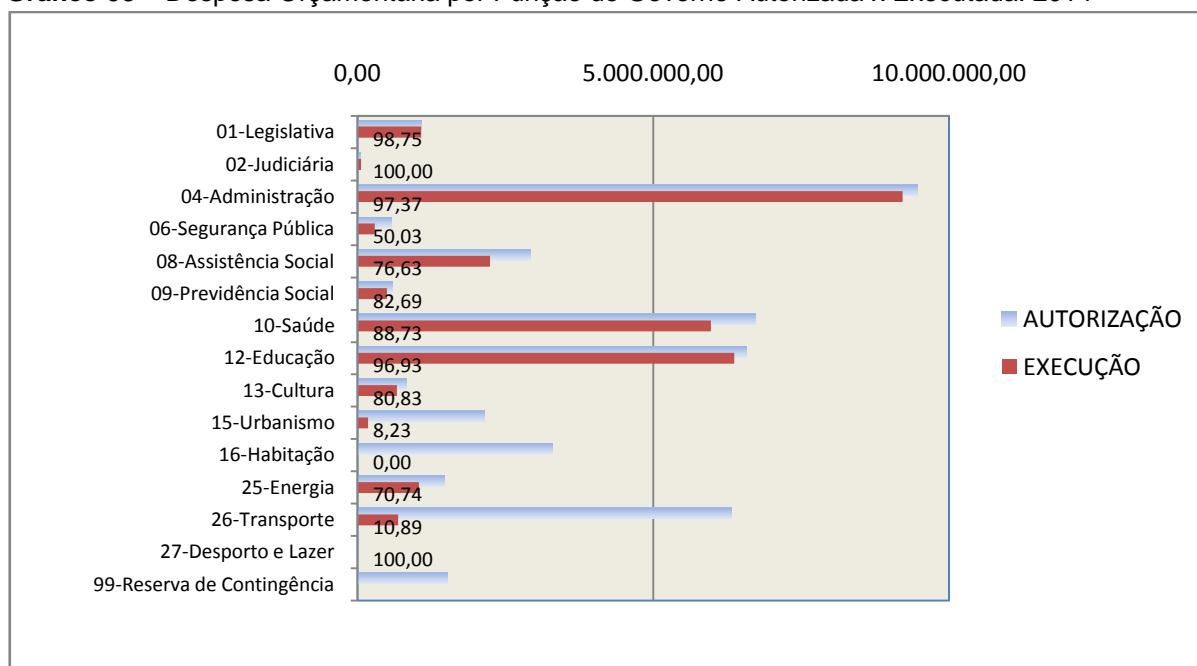
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
13-Cultura	822.349,45	664.668,85	80,83
15-Urbanismo	2.142.735,81	176.429,37	8,23
16-Habitação	3.304.450,80	-	-
25-Energia	1.467.302,60	1.037.987,03	70,74
26-Transporte	6.332.073,68	689.831,47	10,89
27-Desporto e Lazer	8.100,00	8.100,00	100,00
99-Reserva de Contingência	1.521.661,98	-	-
TOTAL DA DESPESA	43.620.254,64	28.297.534,97	64,87

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2014



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2010 – 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
01-Legislativa	639.864,98	700.660,99	851.453,94	965.207,59	1.076.784,58
02-Judiciária	11.797,63	36.780,54	54.555,24	-	58.441,00
04-Administração	5.432.399,73	7.590.719,29	8.316.219,25	8.272.141,56	9.213.859,11
06-Segurança Pública	80.225,64	68.115,75	81.597,72	239.763,58	290.848,19
08-Assistência Social	521.822,46	477.945,55	604.228,39	1.005.385,19	2.238.993,30
09-Previdência Social	268.009,84	304.841,79	334.242,45	464.104,93	496.119,79
10-Saúde	3.714.435,19	4.154.976,07	4.743.821,41	5.238.255,16	5.976.439,14
12-Educação	3.423.465,97	4.502.590,51	4.913.189,79	6.167.464,13	6.369.033,14
13-Cultura	519.918,30	664.633,06	689.975,46	867.729,03	664.668,85
15-Urbanismo	58.567,23	286.574,09	61.347,91	582.047,47	176.429,37
16-Habituação	27.204,40	52.706,00	478.381,13	325.541,06	-
18-Gestão Ambiental	-	53.800,00	40.202,88	-	-
23-Comércio e Serviços	159.522,33	112.048,33	79.847,45	48.217,90	-
25-Energia	413.899,93	736.519,38	1.061.336,46	1.073.243,39	1.037.987,03
26-Transporte	89.087,17	395.503,29	1.652.970,72	587.509,64	689.831,47
27-Desporto e Lazer	191.640,69	261.773,35	271.710,13	79.240,00	8.100,00
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	15.551.861,49	20.400.187,99	24.235.080,33	25.915.850,63	28.297.534,97

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2014

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	2.307.137,43	16,29
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	454.373,77	3,21
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	626.750,36	4,43
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	396.732,11	2,80
Cota do ICMS	3.247.256,06	22,93

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do IPVA	508.361,05	3,59
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	39.911,90	0,28
Cota-Parte do FPM	5.653.737,77	39,92
Cota do ITR	1.204,97	0,01
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	13.579,20	0,10
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	556.834,41	3,93
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	357.908,44	2,53
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	14.163.787,47	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%) – art. 159, I, alínea “d” da C.F.	250.773,56	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	13.913.013,91	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs: (*) Valor da Cota-Parte do FPM (1%) conforme registro efetuado na conta 17210101 – Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal constante no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 (fl. 46), e pela pesquisa efetuada no SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil referente ao repasse efetuado pela União em 09/12/2014 - FPM 1% - R\$ 250.773,56 (fl. 400).

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2014

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	29.812.429,47
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.878.148,14
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	842.222,66
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.092.058,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Balneário Barra do Sul (em Reais): 2013 – 2014

ATIVO	2013	2014	PASSIVO	2013	2014
Financeiro	13.174.341,94	14.808.147,27	Financeiro	3.032.918,66	2.062.137,25
Disponível	13.159.701,11	14.795.848,50	Depósitos	413.263,85	400.711,79
Caixa	6,93	6,93	Consignações	89.565,07	46.485,77
Bancos Conta Movimento	1.141.046,84	1.563.495,61	Depósitos de Diversas Origens	323.698,78	354.226,02
Bancos Conta Vinculada	2.899.161,36	2.042.506,74	Restos a Pagar	2.611.902,21	1.653.672,86
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	-	0,14	Obrigações a Pagar	2.611.902,21	1.653.672,86
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	19.550,80	7.675,56	Outras Obrigações a Curto Prazo	7.752,60	7.752,60
Investimentos do RPPS	9.099.935,18	11.182.163,52			
Realizável	14.640,83	12.298,77	Permanente	9.892.351,68	10.523.369,20
Créditos a Receber	14.640,83	12.298,77	Dívida Fundada	639.762,88	1.405.334,84
Permanente	21.340.390,58	29.521.115,46	Diversos	9.252.588,80	9.118.034,36
Créditos	397.918,37	400.161,70	Provisões Matemáticas Previdenciárias	9.252.588,80	9.118.034,36
Devedores - Entidades e Agentes	397.918,37	400.161,70	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Bens e Valores em Circulação	140.670,82	140.670,82	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa	4.935.432,84	13.252.046,46	PASSIVO REAL	12.925.270,34	12.585.506,45
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	4.935.432,84	13.252.046,46	SALDO PATRIMONIAL	21.589.462,18	31.743.756,28
Imobilizado	15.866.368,55	15.728.236,48	Ativo Real Líquido	21.589.462,18	31.743.756,28
Bens Móveis e Imóveis	15.866.368,55	15.728.236,48	TOTAL	34.514.732,52	44.329.262,73
Bens Imóveis	10.003.747,71	8.539.655,16			
Bens Móveis	5.862.620,84	7.188.581,32			
ATIVO REAL	34.514.732,52	44.329.262,73			
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00			
TOTAL	34.514.732,52	44.329.262,73			

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: A divergência no montante de **R\$ 666.267,92**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17, no montante de R\$ 1.395.869,33, e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14, no montante de R\$ 2.062.137,25, encontra-se anotada como restrição no item 8.1.4 do Capítulo 8 - Restrições Apuradas - Restrições de Ordem Legal, deste Relatório. Registra-se que a divergência se refere ao saldo anterior registrado no Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.467.483,50** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,58** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 415.692,08** passando de um Superávit de **R\$ 1.051.791,42** para um Superávit de **R\$ 1.467.483,50**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 893.666,17**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2013 - 2014

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	13.174.341,94	14.808.147,27	1.633.805,33
Passivo Financeiro	3.032.918,66	2.062.137,25	-970.781,41
Saldo Patrimonial Financeiro	10.141.423,28	12.746.010,02	2.604.586,74
Ativo Financeiro do RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	9.118.034,36	11.297.621,52	2.179.587,16
Passivo Financeiro do RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	28.402,50	19.095,00	-9.307,50
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	1.051.791,42	1.467.483,50	415.692,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de **R\$ 2.353,78**, entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor, no montante de R\$ 415.692,08 (Quadro 11) e o resultado da execução orçamentária ajustada sem o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor, no montante de R\$ 476.723,78 (Quadro 02), considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 894.769,64, encontra-se anotada como restrição no item 8.1.3 do Capítulo 8 - Restrições Apuradas - Restrições de Ordem Legal, deste Relatório. Registra-se que a divergência se refere a Ajuste Créditos a Receber (FMS – R\$ 2.057,97 e Prefeitura – R\$ 295,81), fls. 303 e 305.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 11.297.621,52, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 19.095,00, se referem exclusivamente ao RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2014, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Balneário Barra do Sul, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11-A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	2.669,44	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	333.114,55	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ -56.238,46	-42.450,61	Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 13.787,85		
22 - Transferências de Convênios - Educação	209.008,44	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	201.369,09	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-304.582,27	Déficit
42 - Royalties de Petróleo	-212.574,00	Déficit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	2.366,72	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	251.325,68	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	12.343,41	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	46.941,30	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	5.114,73	Superávit
58 - Salário Educação	14.507,65	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	-134,91	Déficit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-5.181,97	Déficit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	53,39	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	938,32	Superávit
64 - Atenção Básica	163.500,90	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	106.209,78	Superávit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.888,26	Superávit
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.850,00	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	10.317,11	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-564.923,76	
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	674.054,36	
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	612.079,53	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-617.245,40	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	668.888,49	Superávit

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Balneário Barra do Sul foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2010 – 2014

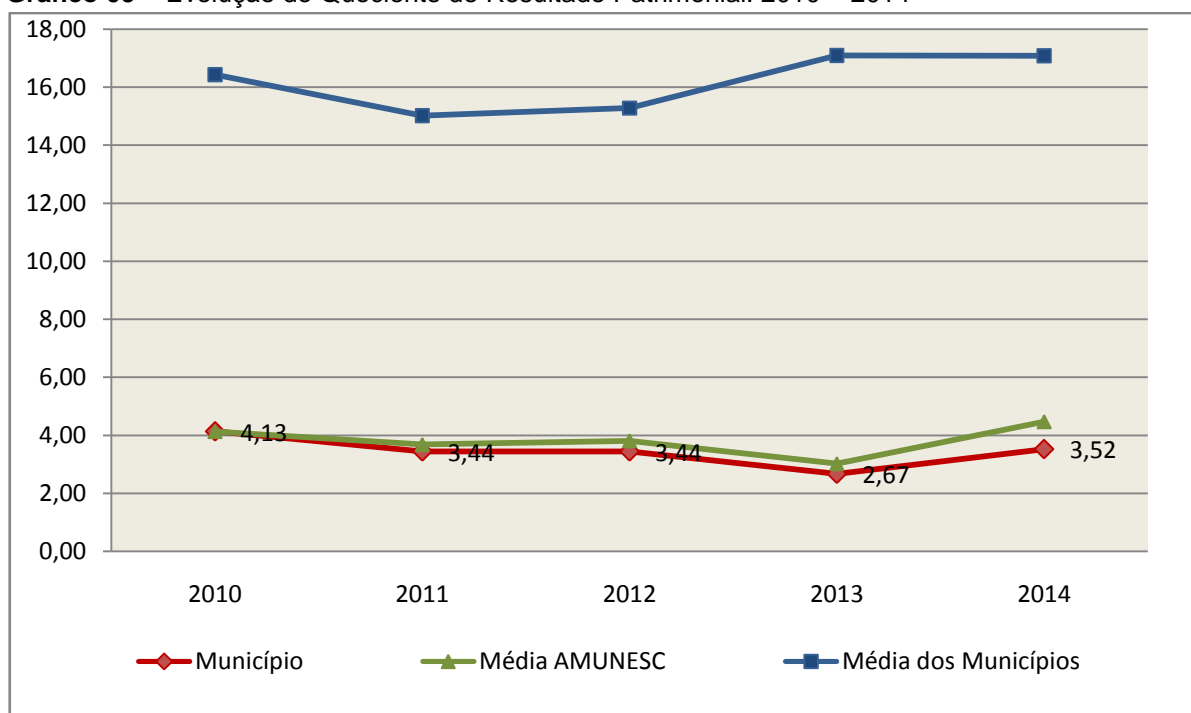
ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Despesa Executada	15.551.861,49	20.400.187,99	24.235.080,33	25.915.850,63	28.297.534,97
2 Restos a Pagar	735.821,93	1.911.354,40	876.155,66	2.611.902,21	1.653.672,86
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	1.893.028,62	3.795.741,88	1.925.958,84	4.056.307,58	3.510.525,75
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	959.397,39	2.139.365,03	1.230.198,74	3.004.516,16	2.043.042,25
5 Ativo Real	22.007.665,75	28.717.814,66	29.943.730,21	34.514.732,52	44.329.262,73
6 Passivo Real	5.332.718,73	8.338.246,81	8.694.566,66	12.925.270,34	12.585.506,45
QUOCIENTES	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,13	3,44	3,44	2,67	3,52
Situação Financeira (3÷4)	1,97	1,77	1,57	1,35	1,72
Restos a Pagar (2÷1)*100	4,73	9,37	3,62	10,08	5,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2010 – 2014



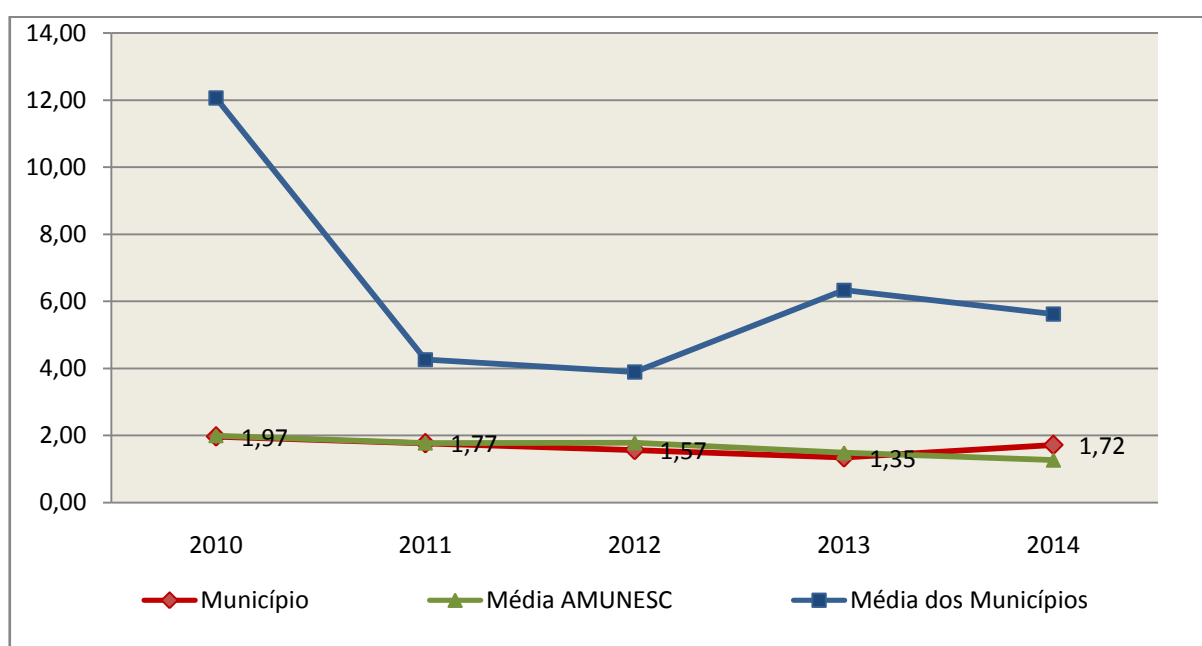
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2014 o Ativo Real apresenta-se **3,52** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

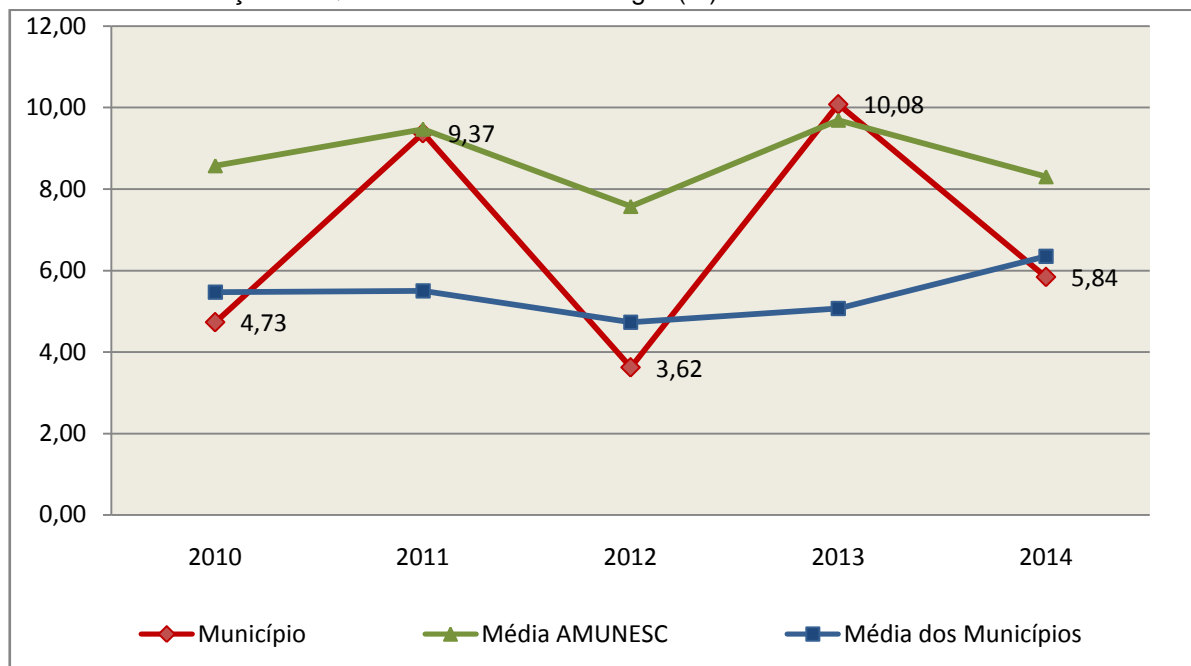
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2014 o Ativo Financeiro representa **1,72** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais a relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Balneário Barra do Sul é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **5,84%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

Situação atuarial deficitária

O Regime Próprio de Previdência do Município de Balneário Barra do Sul, gerido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Barra do Sul - IPBS, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Estudo Atuarial para o exercício de 2014, com data-base em 31/12/2013, com os seguintes resultados:

BALNEÁRIO BARRA DO SUL	2014
Nº Servidores ativos	172
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	25
TOTAL	197
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	9.118.034,36
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁵	7.840.992,29
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁶	23.936.789,25
Resultado Atuarial	(6.977.762,60)

O Relatório de Avaliação Atuarial não apresentou os resultados dos anos anteriores para fins de comparação.

Segundo dados apresentados pelo relatório do atuário, Sr. Francisco Humberto Simões Magro (MIBA nº 494), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência de Balneário Barra do Sul é de Desequilíbrio no último exercício, tendo sido apontado Déficit Atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2014, com data base 31/12/2013, no valor de R\$ 6.977.762,60, o que indica

⁵O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receitas de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

⁶O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesas de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

que em 2014 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de direitos financeiros no montante indicado.

Considerando a situação supracitada, foi enviado à Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul o Ofício Circular TCE/DMU nº 4.255/2015, para que o Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestasse acerca das medidas adotadas durante o exercício sob análise com vistas à busca do reequilíbrio atuarial de seu Regime Próprio de Previdência.

A resposta ocorreu através do Ofício nº 068/2015-GAP, protocolado neste Tribunal sob o nº 6.559/2015, em 29/04/2015, cuja manifestação informou sobre a instituição de um Plano de Amortização pelo Decreto nº 1.229/2014, cuja cópia seguiu anexa, que estabelece a obrigatoriedade para o recolhimento de alíquota suplementar progressiva, iniciando em 2% em 2014 e avança para até 6% em 2018, quando se estabiliza, sendo devida até o exercício de 2042.

Considerando que ainda durante o exercício sob análise a Administração agiu no sentido de buscar o reequilíbrio atuarial de seu regime próprio de previdência, com a adoção de alíquota suplementar progressiva, cujos impactos, a priori, não se revelam problemáticos para as administrações futuras, pode-se considerar que o chefe do Executivo adotou medidas para a redução do déficit atuarial e reequilíbrio atuarial.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2014 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.200.822,26** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **30,19%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 2.113.870,17**, representando **15,19%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2014

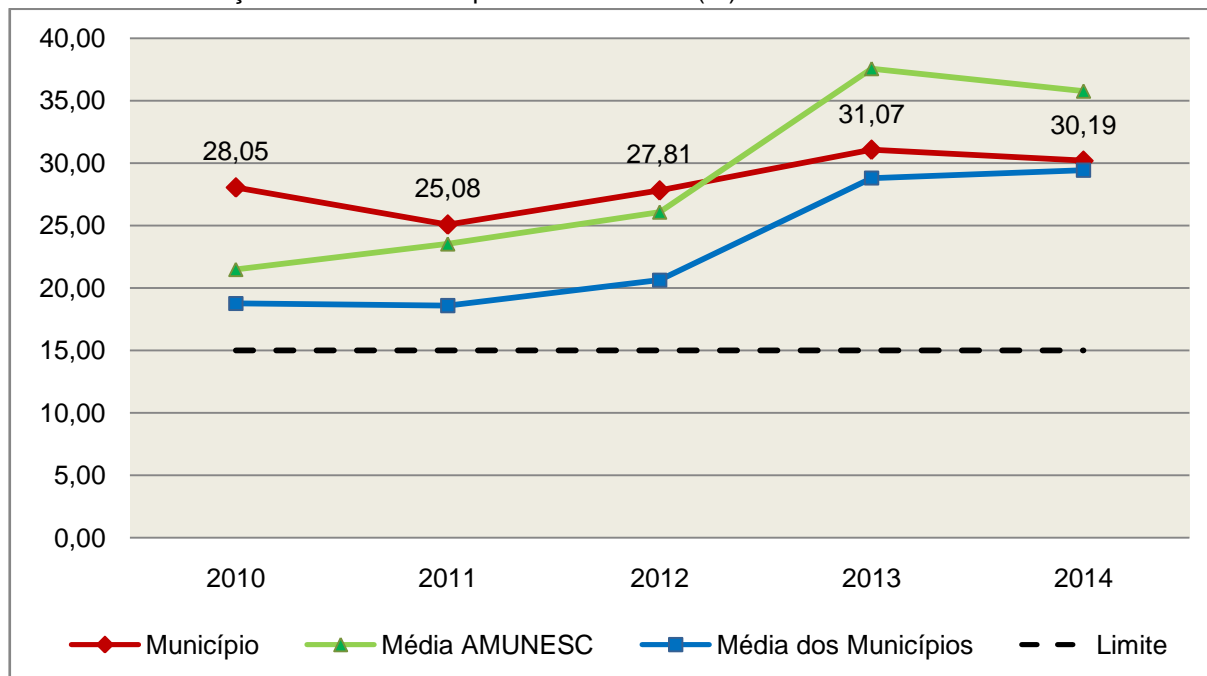
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	13.913.013,91	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.976.439,14	42,96
Atenção Básica	5.923.919,60	42,58
Vigilância Sanitária	14.638,23	0,11
Vigilância Epidemiológica	37.881,31	0,27
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.775.616,88	12,76
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	4.200.822,26	30,19
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.086.952,09	15,00
Valor Acima do Limite	2.113.870,17	15,19

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Balneário Barra do Sul em 2014 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2014) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.667.517,13** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **25,89%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 126.570,26**, representando **0,89%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2014

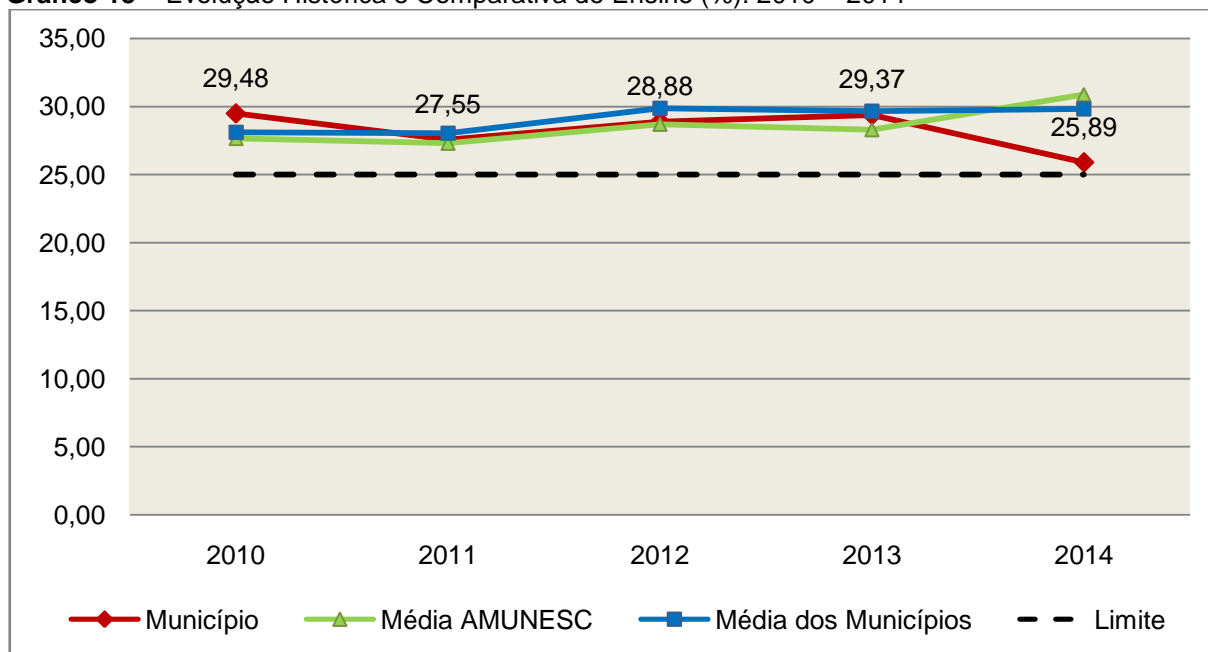
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	14.163.787,47	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	675.055,19	4,77
Educação Infantil	675.055,19	4,77
Valor Aplicado Ensino Fundamental	5.502.605,62	38,85
Ensino Fundamental	5.502.605,62	38,85
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.314.211,43	9,28
(-) Ganho com FUNDEB	1.193.136,81	8,42
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.795,44	0,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.667.517,13	25,89
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.540.946,87	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	126.570,26	0,89

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Balneário Barra do Sul em 2014 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.838.844,95**, equivalendo a **92,35%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

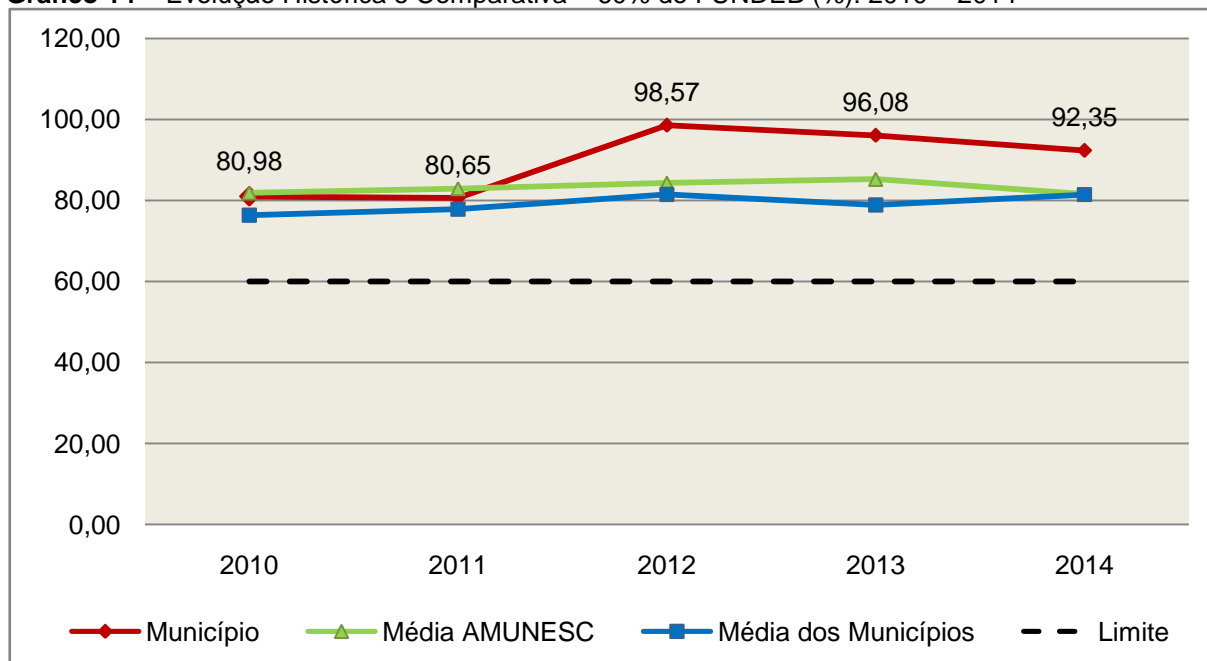
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	3.071.284,95
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	2.795,44
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	3.074.080,39
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.844.448,23
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (deduzido o valor de R\$ 178.332,86, sem disponibilidade financeira)	2.838.844,95
Valor Acima do Limite	994.396,72

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.874.748,85**, equivalendo a **93,52%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	3.074.080,39
95% dos Recursos do FUNDEB	2.920.376,37
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB * (deduzido o valor de R\$ 212.009,84, sem disponibilidade financeira)	2.874.748,85
Valor Abaixo do Limite	45.627,52

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

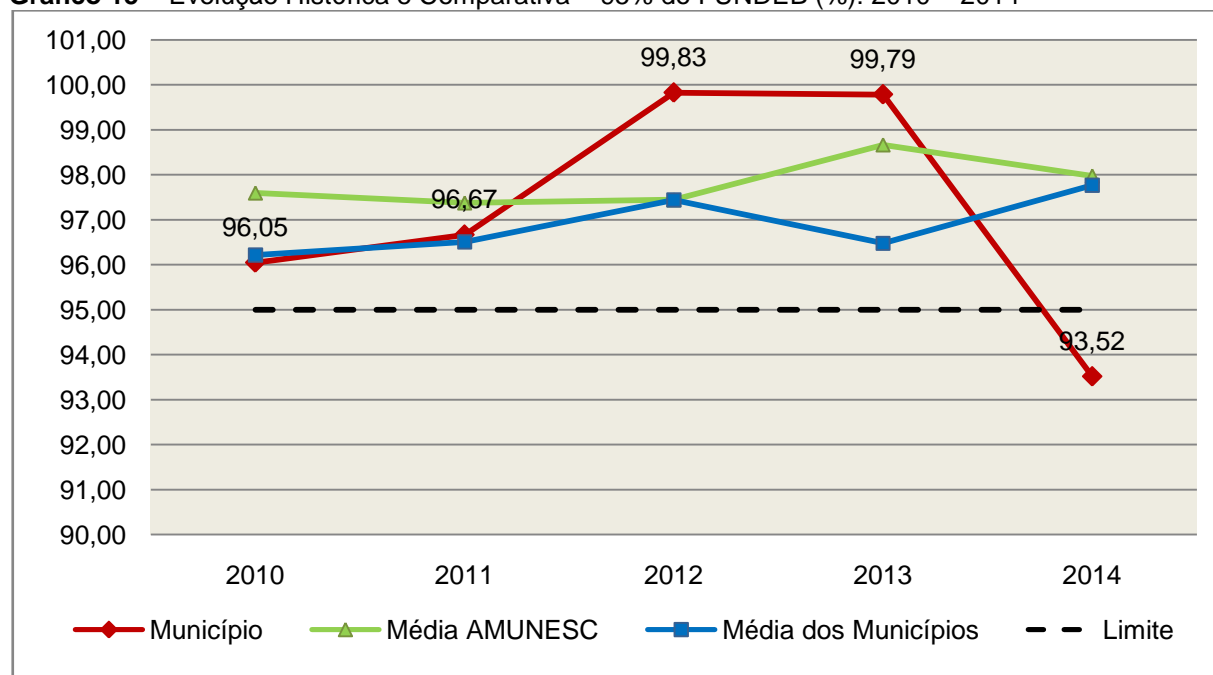
Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

Obs.: Vide restrições anotadas nos itens 8.1.1 e 8.1.2 do Capítulo 8 - Restrições Apuradas - Restrições de Ordem Legal, deste Relatório.

Obs.: O total de Restos a Pagar e DDO do FUNDEB apresentado no Sistema e-Sfinge é de, respectivamente, R\$ 118.728,51 e R\$ 120.037,28 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos), contudo para apuração da aplicação financeira do FUNDEB no exercício foi considerado apenas R\$ 26.755,95 em razão da ausência de cobertura financeira.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Balneário Barra do Sul reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2013 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2014: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	26.755,95
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	26.755,95
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: Constatou-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício e/ou despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item 8.1.2 do Capítulo 8 - Restrições Apuradas - Restrições de Ordem Legal, deste Relatório.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.092.058,67	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.255.235,20	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	13.506.585,84	49,85
Pessoal e Encargos	13.506.585,84	49,85
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	794.292,12	2,93
Pessoal e Encargos	794.292,12	2,93
Total das deduções das despesas com pessoal*	386.150,34	1,43
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	13.914.727,62	51,36
Valor Abaixo do Limite (60%)	2.340.507,58	8,64

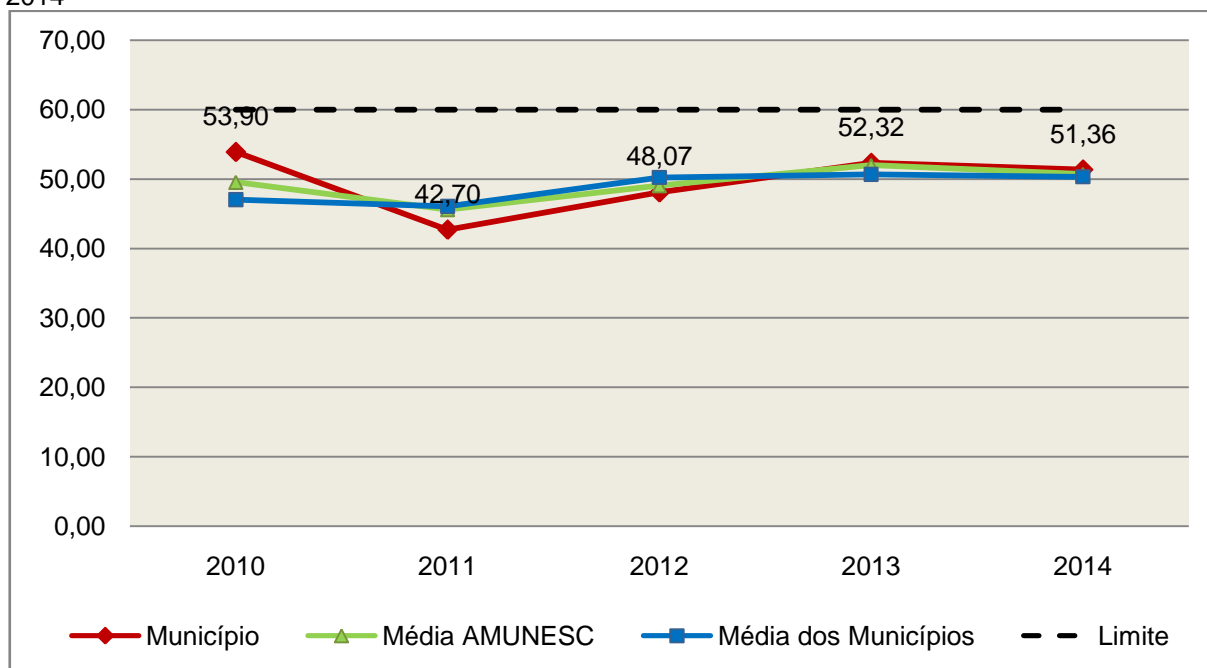
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **51,36%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Balneário Barra do Sul, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.092.058,67	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.629.711,68	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	13.506.585,84	49,85
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	386.150,34	1,43
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	13.120.435,50	48,43
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.509.276,18	5,57

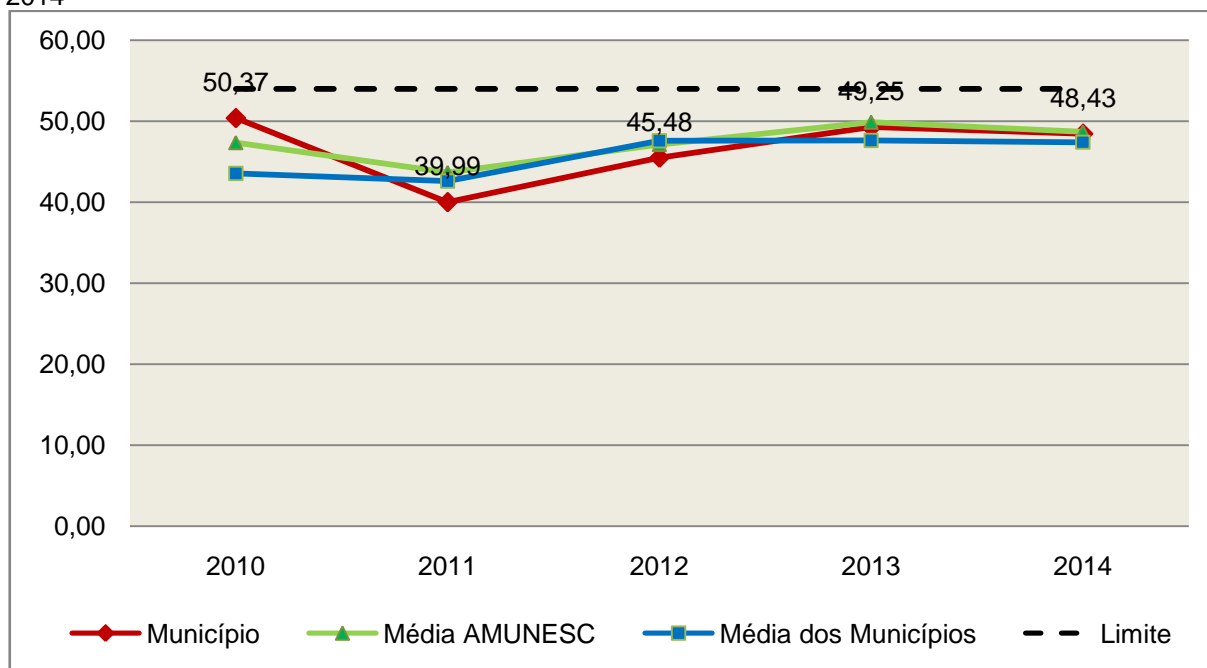
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **48,43%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.092.058,67	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.625.523,52	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	794.292,12	2,93
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	794.292,12	2,93
Valor Abaixo do Limite (6%)	831.231,40	3,07

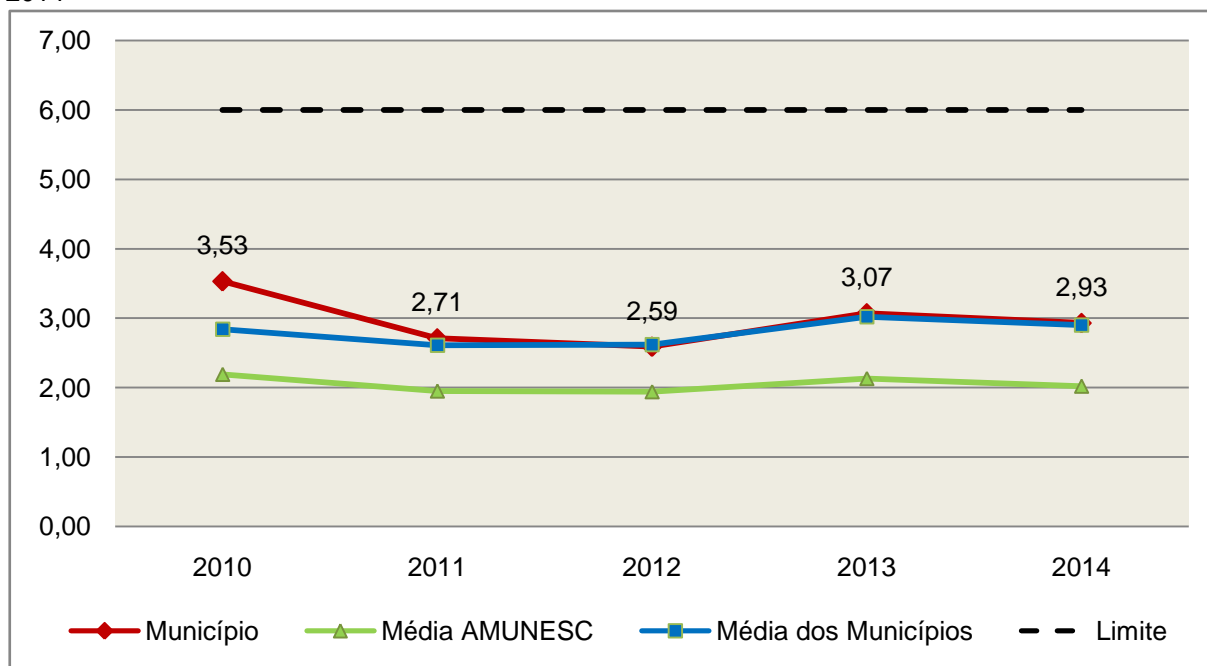
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,93%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁷.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

⁷ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e

competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Balneário Barra do Sul, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 29.921,67) representa 0,15% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 20.492.505,69).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 124 a 169, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 152 a 160;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme fls. 161.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar n° 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar n° 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n° 101/2000 alterado pela Lei Complementar n° 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar n° 101/2000 incluído pela Lei Complementar n° 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar n° 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Balneário Barra do Sul**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 20/02/2015 (fls. 230).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de **R\$ 2.874.748,85**, equivalendo a **93,52%** (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de **R\$ 45.627,52**, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 5.2.2, limite 2 e 1.2.1.1).
- 8.1.2 Despesas inscritas em Restos a Pagar e registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no montante total de **R\$ 212.009,84** (FR 18 no montante de R\$ 178.332,86 e FR 19 no montante de R\$ 33.676,98), em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos, itens 5.2.2, limite 2, e 1.2.1.2).
- 8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 2.353,78**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 415.692,08) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 476.723,78), considerando o cancelamento de restos a pagar

de R\$ 894.769,64, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1, 4.2 – Quadros 2 e 11, e 1.2.1.3). Registra-se que a divergência se refere a Ajuste Créditos a Receber (FMS – R\$ 2.057,97 e Prefeitura – R\$ 295,81) (fls. 303 e 305 e item 1.2.1.3).

- 8.1.4 Divergência, no valor de **R\$ 666.267,92**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 1.395.869,33) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 2.062.137,25), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei (itens 4.1 – Quadro 10, e 1.2.1.4, fls. 109 e 102 dos autos). Registra-se que a divergência se refere ao saldo anterior registrado no Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante. (item 1.2.1.4)
- 8.1.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.1.5).
- 8.1.6 Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de **R\$ 113.233,45**, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e consequentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1º, § 1º e 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei Federal nº 4.320/64 (fls. 373 a 384 dos autos e item 1.2.1.6).
- 8.1.7 Registros indevidos no Grupo Depósitos nas Especificações de Fontes de Recursos 64, com saldo devedor de **R\$ 10.276,90**, em Restos a Pagar Processados nas Especificações de Fontes de Recursos 01, 17, 18, 23, 54, 64

e 66, com saldo devedor de R\$ 84.539,08, R\$ 88.438,36, R\$ 54.755,02, R\$ 24.593,46, R\$ 5.905,00, R\$ 10.083,51 e R\$ 4.572,17, respectivamente, e Restos a Pagar Não Processados nas Especificações de Fontes de Recursos 01, 02, 17, 22, 23, 64 e 66, com saldo devedor de R\$ 20.198,34, R\$ 10.572,87, R\$ 88.991,11, R\$ 185.085,22, R\$ 345,76, R\$ 22.030,19 e R\$ 7.524,00, respectivamente, em afronta ao previsto no artigo 85 c/c 105 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos, e item 1.2.1.7).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 476.723,78
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 1.467.483,50
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	30,19%
4.2) Ensino	25,00%	25,89%
4.3) FUNDEB	60,00%	92,35%
	95,00%	93,52%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	51,36%
b) Poder Executivo	54,00%	48,43%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,93%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2014 do Município de Balneário Barra do Sul**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **8.1**, deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 3, em 04/12/2015.

ANDRÉ LUIZ CANEPARO MACHADO
Auditor Fiscal de Controle Externo

SABRINA MADDALOZZO PIVATTO
Auditora Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 3

De Acordo

Em 04/12/2015.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.748.072,85
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.999,08
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise – fl. 232	25.544,95
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.775.616,88

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	36.496,56
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise – fl. 257	73,89
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.165.884,84
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	89.429,96
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise – fl. 259	22.326,18
Total das deduções das despesas com Educação Básica	1.314.211,43

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência	386.150,34
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	386.150,34
Total das deduções das despesas com pessoal	386.150,34

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2014	301	657.585,68	656.545,68	656.545,68
42 - Royalties de Petróleo	2014	301	230.026,14	221.949,09	191.242,97
64 - Atenção Básica	2014	301	722.735,04	708.953,86	693.842,38
66 - Vigilância em Saúde	2014	304	6.258,22	5.761,22	5.476,22
66 - Vigilância em Saúde	2014	305	31.467,77	31.467,77	27.056,19
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2014	301	100.000,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL			1.748.072,85	1.724.677,62	1.674.163,44

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	276	21/03/2014	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	127,69	127,69	127,69	REFERENTE MULTA VEÍCULO FIAT/DUCATO MULT JAEDI T MCW-8034
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	366	22/04/2014	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	85,12	85,12	85,12	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE MULTA/INFRAÇÃO DO VEÍCULO CELTA MHD-4831.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	470	08/05/2014	MNP COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	114,07	114,07	114,07	Material necessário para preparação do coffe break a ser servido em homenagem ao dias das mães.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	491	15/05/2014	INSTITUTO DE TRANSITO E TRANSPORTE - ITTRAN	85,12	85,12	85,12	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE MULTA/INFRAÇÃO VEÍCULO RENAULT MASTER EUROLAF P MJJ-2945.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	566	30/05/2014	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	68,10	68,10	68,10	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE MULTA/INFRAÇÃO EM 04/04/14 NA AV SÃO FRANCISCO DO SUL 171 - CAUSA: DIRIGIR VEÍCULO UTILIZANDO-SE DE TELEFONE CELULAR - MFY-5639

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
do Sul	Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	706	23/07/2014	ANNELISE DENCKER NAZARIO	1.450,88	1.450,88	1.450,88	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE AUXILIO FUNERAL CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL NR.094/94.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	812	26/08/2014	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	68,10	68,10	68,10	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE MULTA/INFRAÇÃO POR TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A PERMITIDA NA BR 101 KM-25+800M EM 26/05/2014 ÀS 10H41MIN - MOTORISTA ANTONIO MARCOS CANÁRIO DA SILVA - VEÍCULO CELTA MKH-6844
TOTAL						1.999,08	1.999,08	1.999,08	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	365	36.496,56	9.621,98	0,00
TOTAIS			36.496,56	9.621,98	0,00

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	361	761.062,43	730.676,43	410.716,99
42 - Royalties de Petróleo	2014	361	48.698,69	30.586,64	24.432,88
58 - Salário Educação	2014	361	344.349,33	344.349,33	344.341,53
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2014	361	2.055,69	2.011,09	1.744,72
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	361	9.718,70	25,00	25,00
TOTAL			1.165.884,84	1.107.648,49	781.261,12

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	177	24/01/2014	DIAS & DIAS TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	570,00	570,00	570,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE REFERENTE APRESENTAÇÃO DO PROJETO FANFARRA.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	602	20/02/2014	MARILUCIA CARVALHO	40,00	40,00	40,00	Valor que empenhamos referente 1 verba alimentação para participar do Seminário Estadual sobre Síndrome de Down promovido pela Escola do Legislativo Catarinense, no município de Florianópolis, com carga horaria presencial de 8 hrs. data de 21/03/2014 às 06:00 hras com retorno 21/03/2014 às 18:00 hrs com o veículo Corsa placa MLQ 1585.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	603	20/02/2014	JONAS CORREIA NUNES	40,00	40,00	40,00	Valor que empenhamos referente 1 verba alimentação para participar Do Seminário Estadual sobre Síndrome de Down promovido pela Escola do Legislativo Catarinense, no município de Florianópolis, com carga horaria de 8 horas. data de 21/03/2014 às 06:00 hras com retorno 21/03/2014 às 18:00 hras com o veículo Corsa placa MLQ 1585.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1370	30/04/2014	ROGERIO CARVALHO	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DE UM JOGO TREINO NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA TUPY COM OS ALUNOS DO PROJETO PEQUENOS NOTÁVEIS EM JOINVILLE-SC, DATA DE 15/05/2014 ÀS 11h30min COM RETORNO 15/05/2014 às 17h30min COM O VEÍCULO MBY-7291.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1388	05/05/2014	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA - ME	6.385,00	6.385,00	6.385,00	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A FANFARRA MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1389	05/05/2014	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA - ME	830,20	830,20	830,20	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A FANFARRA MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1578	26/05/2014	LENOIR IVAN ROSA	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SEMINÁRIO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM JARAGUÁ DO SUL-SC, DATA DE 04/06/2014 ÀS 7h COM RETORNO 04/06/2014 às 18h COM O VEÍCULO CORSA MLU-9286.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1939	20/06/2014	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA	9.750,00	9.750,00	9.750,00	REFERENTE A SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TENDAS, PALCO E SONORIZAÇÃO PARA FESTA JUNINA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Barra do Sul	Impostos: Educação				ME				
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2306	21/07/2014	CLEONI JOSE CUNHA RAULINO	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA LEVAR FUNCIONÁRIA DO DPTO DE CULTURA PARA PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS-SC, DATA DE 27/07/2014 ÀS 14h COM RETORNO 27/07/2014 às 21h COM O VEÍCULO CORSA MLQ-1475.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2310	21/07/2014	ADRIANA DOS SANTOS PEREIRA ROTERMEL	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO XIII SEMINÁRIO ACCT/AMUNESC E AMPLANORTE EM SÃO BENTO DO SUL-SC, DATA DE 20/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 20/08/2014 às 17h COM O VEÍCULO CORSA MLQ-1575.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2430	21/07/2014	MARIANE TONI	400,00	400,00	400,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 2 DIÁRIAS PARA PARTICIPAR DA 21 AÇOR-FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA DO QUAL O MUNICÍPIO PARTICIPA COM EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO EM FLORIANÓPOLIS-SC, DATA DE 22/08/2014 ÀS 8h COM RETORNO 24/08/2014 às 18h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2432	21/07/2014	JOSE JAIR SILVESTRE	400,00	400,00	400,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 2 DIÁRIAS PARA PARTICIPAR DA 21 AÇOR-FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA DO QUAL O MUNICÍPIO PARTICIPA COM EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO EM FLORIANÓPOLIS-SC, DATA DE 22/08/2014 ÀS 8h COM RETORNO 24/08/2014 às 18h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2433	21/07/2014	MARGOT JANSSEN NUNES	400,00	400,00	400,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 2 DIÁRIAS PARA PARTICIPAR DA 21 AÇOR-FESTA DA CULTURA AÇORIANA DE SANTA CATARINA DO QUAL O MUNICÍPIO PARTICIPA COM EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO EM FLORIANÓPOLIS-SC, DATA DE 22/08/2014 ÀS 8h COM RETORNO 24/08/2014 às 18h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2440	21/07/2014	KARINA KROEFF CASTANHO	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO XIII SEMINÁRIO ACCT/AMUNESC E AMPLANORTE EM SÃO BENTO DO SUL-SC, DATA DE 20/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 20/08/2014 às 17h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2441	21/07/2014	FABIANE VENTURINI SOUZA	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO XIII SEMINÁRIO ACCT/AMUNESC E AMPLANORTE EM SÃO BENTO DO SUL-SC, DATA DE 20/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 20/08/2014 às 17h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	2442	21/07/2014	ROSIANE DOS SANTOS	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO XIII SEMINÁRIO ACCT/AMUNESC E AMPLANORTE EM SÃO BENTO DO SUL-SC, DATA DE 20/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 20/08/2014 às 17h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2444	21/07/2014	GRASIELE ROSANGELA ROSA	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO XIII SEMINÁRIO ACCT/AMUNESC E AMPLANORTE EM SÃO BENTO DO SUL-SC, DATA DE 20/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 20/08/2014 às 17h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2490	25/07/2014	WILSON ROCHA DE ANDRADE	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA LEVAR PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLINHA DE FUTSAL PARA PARTICIPAR DE COMPETIÇÃO EM BLUMENAU-SC, DATA DE 17/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 17/08/2014 às 17h COM O VEÍCULO VAN BOXER MLT-2926.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2496	25/07/2014	ANA KARINA ROCHA	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR PROFESSORES E ALUNOS NO CAMPEONATO CIRCUITO SULBRASILEIRO REPRESENTANDO NOSSO MUNICÍPIO EM BLUMENAU-SC, DATA DE 17/08/2014 ÀS 7h COM RETORNO 17/08/2014 às 15h30min COM OVEÍCULO CORSA MLQ-1375.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2497	25/07/2014	ROGERIO CARVALHO	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR PROFESSORES E ALUNOS NO CAMPEONATO CIRCUITO SULBRASILEIRO REPRESENTANDO NOSSO MUNICÍPIO EM BLUMENAU-SC, DATA DE 17/08/2014 ÀS 7h COM RETORNO 17/08/2014 às 15h30min COM OVEÍCULO CORSA MLQ-1375.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2581	19/08/2014	ROBERTO LUIZ QUADROS	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA LEVAR FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO E OUTROS PARA PARTICIPAR DO XIII SEMINÁRIO REGIONAL DE FORMAÇÃO DA ACCT- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES E AMUNESC EM SÃO BENTO DO SUL-SC, DATA DE 20/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 20/08/2014 às 19h COM O VEÍCULO BOXER MLT-5926.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2587	19/08/2014	IZAQUE ATANAZIO LINHARES	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA LEVAR FUNCIONÁRIOS PARA PARTICIPAR DA 21 AÇOR EM FLORIANÓPOLIS-SC, DATA DE 23/08/2014 ÀS 6h COM RETORNO 23/08/2014 às 19h30min COM O VEÍCULO MICRO ÔNIBUS MGT-4767.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2617	19/08/2014	CLEONI JOSE CUNHA RAULINO	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR LOEVAR FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO PARA 21 AÇOR EM FLORIANÓPOLIS-SC, DATA DE 24/08/2014 ÀS 12h COM RETORNO 24/08/2014 às 23h COM O MICRO-ÔNIBUS MGT-4767.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	2650	22/08/2014	CLEONI JOSE CUNHA RAULINO	40,00	40,00	40,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA LEVAR INTEGRANTES E PROFESSOR DA FANFARRA MUNICIPAL PARA PARTICIPAR DE CAMPEONATO DE BANDAS E FANFARRAS EM JOINVILLE-SC, DATA DE 30/08/2014 ÀS 10h30min COM RETORNO 30/08/2014 às 20h



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								COM O VEÍCULO ÔNIBUS IHQ-1855.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2804	22/08/2014	SOLANGE QUERINO DOS SANTOS REMENIUKI	100,00	100,00	100,00	VALOR QUE EMPENHAMOS REFERENTE 1 VERBA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SEGUNDO ENCONTRO REGIONAL DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC, DATA DE 23/09/2014 ÀS 6h COM RETORNO 23/09/2014 às 19h COM O VEÍCULO CORSA MLQ-1585.
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3041	25/09/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	17.185,35	17.185,35	17.185,35	Vlr ref folha de pagamento relativo a este mes, conforme comprovante anexo. (Setembro de 2014) - [Grupo de Empenhamento: 5 - ESTAGIÁRIOS - INICIAÇÃO PARA O TRABALHO]
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3288	30/10/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	18.319,67	18.319,67	18.319,67	Vlr ref folha de pagamento relativo a este mes, conforme comprovante anexo. (Outubro de 2014) - [Grupo de Empenhamento: 5 - ESTAGIÁRIOS - INICIAÇÃO PARA O TRABALHO]
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3562	25/11/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	17.494,47	17.494,47	17.494,47	Vlr ref folha de pagamento relativo a este mes, conforme comprovante anexo. (Novembro de 2014) - [Grupo de Empenhamento: 5 - ESTAGIÁRIOS - INICIAÇÃO PARA O TRABALHO]
Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3977	19/12/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	16.915,27	16.915,27	16.915,27	Vlr ref folha de pagamento relativo a este mes, conforme comprovante anexo. (Dezembro de 2014) - [Grupo de Empenhamento: 5 - ESTAGIÁRIOS - INICIAÇÃO PARA O TRABALHO]
TOTAL						89.429,96	89.429,96	89.429,96	

Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	COM RPPS	DO RPPS		EXCLUÍDO RPPS
Aumenta		Diminui									
	RECURSOS VINCULADOS										
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
3	11.297.621,52	0,00	0,00	11.297.621,52	13.684,04	5.410,96	0,00	11.278.526,52	11.278.526,52	0,00	Superávit
16	2.669,44	0,00	0,00	2.669,44	0,00	0,00	0,00	2.669,44		2.669,44	Superávit
17	157.154,70	0,00	0,00	157.154,70	1.469,62	-88.438,36	-88.991,11	333.114,55		333.114,55	Superávit
18	7.698,80	0,00	0,00	7.698,80	118.692,28	-54.755,02	0,00	-56.238,46		-42.450,61	Déficit
19	19.057,15	0,00	0,00	19.057,15	1.345,00	3.924,30	0,00	13.787,85			
22	355.435,03	0,00	0,00	355.435,03	1.930,39	329.581,42	-185.085,22	209.008,44		209.008,44	Superávit
23	182.965,90	0,00	0,00	182.965,90	6.536,03	-24.593,46	-345,76	201.369,09		201.369,09	Superávit
24	307.022,32	0,00	0,00	307.022,32	604,20	50.958,58	560.041,81	-304.582,27		-304.582,27	Déficit
42	696.211,04	0,00	0,00	696.211,04	41.353,94	530.673,01	336.758,09	-212.574,00		-212.574,00	Déficit
50	2.366,72	0,00	0,00	2.366,72	0,00	0,00	0,00	2.366,72		2.366,72	Superávit
52	330.290,30	0,00	0,00	330.290,30	57,72	63.843,35	15.063,55	251.325,68		251.325,68	Superávit
54	6.572,14	0,00	0,00	6.572,14	16,00	-5.905,00	117,73	12.343,41		12.343,41	Superávit
55	48.175,68	0,00	0,00	48.175,68	0,00	0,00	1.234,38	46.941,30		46.941,30	Superávit
56	30.898,17	0,00	0,00	30.898,17	0,00	25.172,40	611,04	5.114,73		5.114,73	Superávit
58	15.685,67	0,00	0,00	15.685,67	1.170,22	7,80	0,00	14.507,65		14.507,65	Superávit
59	176,06	0,00	0,00	176,06	0,00	266,37	44,60	-134,91		-134,91	Déficit
60	6.747,63	0,00	0,00	6.747,63	0,00	0,00	11.929,60	-5.181,97		-5.181,97	Déficit
61	9.747,09	0,00	0,00	9.747,09	0,00	0,00	9.693,70	53,39		53,39	Superávit
62	938,32	0,00	0,00	938,32	0,00	0,00	0,00	938,32		938,32	Superávit
64	121.110,30	0,00	0,00	121.110,30	-10.276,90	-10.083,51	-22.030,19	163.500,90		163.500,90	Superávit
66	94.113,61	0,00	0,00	94.113,61	0,00	-4.572,17	-7.524,00	106.209,78		106.209,78	Superávit
83	1.888,26	0,00	0,00	1.888,26	0,00	0,00	0,00	1.888,26		1.888,26	Superávit
88	1.850,00	0,00	0,00	1.850,00	0,00	0,00	0,00	1.850,00		1.850,00	Superávit
89	10.317,11	0,00	0,00	10.317,11	0,00	0,00	0,00	10.317,11		10.317,11	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA								-564.923,76		-564.923,76	

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	COM RPPS	DO RPPS		EXCLUÍDO RPPS
		Aumenta	Diminui								
	RECURSOS ORDINÁRIOS										
0	965.630,17	0,00	0,00	965.630,17	122.673,83	59.835,43	109.066,55	674.054,36			
1	528.495,46	0,00	0,00	528.495,46	21.153,35	-84.539,08	-20.198,34	612.079,53			
2	-392.691,32	0,00	0,00	-392.691,32	80.302,07	154.824,88	-10.572,87	-617.245,40			
T.	1.101.434,31	0,00	0,00	1.101.434,31	224.129,25	130.121,23	78.295,34	668.888,49	Superávit		

Obs: Composição das contas do Passivo Financeiro com saldo devedor, por Fonte de Recursos:

a) Depósitos:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
64	211110200	INSS	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	9.853,53	2.802,22	-7.051,31
	211130100	= IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRR	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	40.150,91	40.243,92	93,01
	211410000	= DEPOSITOS E CAUCOES	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	16.703,15	13.384,55	-3.318,60
64 Total				66.707,59	56.430,69	-10.276,90
Total geral				66.707,59	56.430,69	-10.276,90

b) Restos a Pagar Processados:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
1	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	852.714,59	852.714,59	0,00
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	99.147,33	200,00	-98.947,33
	212120100	DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	1.127.317,30	1.127.317,30	0,00
	212120200	DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	274,02	0,00	-274,02
	212130100	INSS	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	99.396,56	105.940,70	6.544,14
	212130900	PSSS - CONTRIB. S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	92.043,68	100.181,81	8.138,13
	212199900	= OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	14.139,61	14.139,61	0,00
1 Total				2.285.033,09	2.200.494,01	-84.539,08
17	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	1.039.326,21	1.040.665,39	1.339,18
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	89.777,54	0,00	-89.777,54
17 Total				1.129.103,75	1.040.665,39	-88.438,36

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
18	212120100	DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	2.894.419,99	2.894.419,99	0,00
	212120200	DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	106.540,76	0,00	-106.540,76
	212130100	INSS	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	194.942,35	206.961,25	12.018,90
	212130900	PSSS - CONTRIB. S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	240.676,71	280.443,55	39.766,84
18 Total				3.436.579,81	3.381.824,79	-54.755,02
23	212110100	= DO EXERCICIO	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	700.862,30	700.862,30	0,00
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	24.593,46	0,00	-24.593,46
23 Total				725.455,76	700.862,30	-24.593,46
54	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	34.849,10	34.849,10	0,00
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	5.905,00	0,00	-5.905,00
54 Total				40.754,10	34.849,10	-5.905,00
64	212110100	= DO EXERCICIO	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	218.872,27	222.836,62	3.964,35
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	25.194,99	0,00	-25.194,99
	212120100	DO EXERCICIO	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	486.572,26	486.572,26	0,00
	212130900	PSSS - CONTRIB. S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	15.022,03	26.169,16	11.147,13
64 Total				745.661,55	735.578,04	-10.083,51
66	212110100	= DO EXERCICIO	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	32.532,41	37.228,99	4.696,58
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	9.268,75	0,00	-9.268,75
66 Total				41.801,16	37.228,99	-4.572,17
Total geral				8.404.389,22	8.131.502,62	-272.886,60

c) Restos a Pagar Não Processados:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
1	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	22.217,36	2.019,02	-20.198,34
1 Total				22.217,36	2.019,02	-20.198,34
2	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	11.363,35	790,48	-10.572,87
	212160203	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	20.363,21	20.363,21	0,00
2 Total				31.726,56	21.153,69	-10.572,87
17	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	96.899,10	7.907,99	-88.991,11
	212160203	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	96.899,10	96.899,10	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
17 Total				193.798,20	104.807,09	-88.991,11
22	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	191.755,64	6.670,42	-185.085,22
	212160203	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	151.237,73	151.237,73	0,00
22 Total				342.993,37	157.908,15	-185.085,22
23	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	345,76	0,00	-345,76
23 Total				345,76	0,00	-345,76
64	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	22.030,19	0,00	-22.030,19
	212160203	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	21.830,19	21.830,19	0,00
64 Total				43.860,38	21.830,19	-22.030,19
66	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	8.366,00	842,00	-7.524,00
	212160203	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Fundo Municipal de Saúde de Balneário Barra do Sul	7.480,00	7.480,00	0,00
66 Total				15.846,00	8.322,00	-7.524,00
Total geral				650.787,63	316.040,14	-334.747,49